

POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO E NIILISMO: A LIÇÃO DO FRACASSO NA HIPÓTESE COMUNISTA DE ALAIN BADIOU

Mauro Rogério de Almeida Vieira*

RESUMO: O presente artigo faz uma breve análise da obra “A hipótese comunista” de Alain Badiou. A proposta tem por objetivo compreender criticamente o movimento de negação resignada da ideia de comunismo a partir do entendimento do conceito de fracasso. A caracterização proposta pelo autor é de que há uma construção ideológica sobre o fracasso do comunismo que precisa ser avaliada. Nesse sentido, iremos seguir as pistas do autor procurando reconstruir sua argumentação cuja finalidade é recuperar a ideia de comunismo. Partiremos da análise que o autor faz das críticas realizadas aos movimentos históricos socialistas. Procuramos demonstrar a dialética presente na análise do que se convencionou chamar de fracasso das experiências do socialismo. Na sequência discutiremos a importância da restauração da ação revolucionária e a relação com o Estado nacional. Ao final, apresentamos o debate sobre a emancipação humana e a recuperação da ideia do comunismo.

Palavras-chave: Hipótese comunista; Fracasso; Niilismo; Ação revolucionária; Emancipação.

“O inimigo mais temível da política de emancipação não é a repressão pela ordem estabelecida. É a interioridade do niilismo, e a crueldade sem limites que pode acompanhar seu vazio” (BADIOU, 2012, p.22)

INTRODUÇÃO

Nossa historicidade contemporânea está situada entre o movimento das utopias revolucionárias e o niilismo da ação. O século XIX é marcado por um grande otimismo oriundo do desenvolvimento técnico-científico. A ideia de progresso nos assalta como uma noção segundo a qual a partir dela iríamos desembocar na construção de uma sociedade justa, livre e fraterna. O anarquismo, o socialismo, o comunismo apresentariam a pedra de toque para

* Professor de filosofia do IFRN/Mossoró. Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Email: mauro.vieira@ifrn.edu.br

construir a sociedade livre, justa e fraterna graças à ação política consciente dos sujeitos oprimidos e explorados.

O século XX se descortina e logo, logo, as utopias revolucionárias são postas em xeque devido ao fenômeno do totalitarismo que ronda o mundo. As ditaduras e os autoritarismos que surgem como marcas do Nazismo, Fascismo e Stalinismo causam uma inflexão diante das utopias revolucionárias e nos conduzem ao questionamento sobre a possibilidade de construção de uma sociedade justa, fraterna e livre organizada pelos explorados e oprimidos.

O final do século XX e início do século XXI, marcado pela ideia de que o progresso é rotina, nos convida a refletir por que ainda vivemos sob o julgo de exploradores e dominadores. Cada vez mais o humano utiliza a natureza como fonte de lucro e o consumo passa a ser a chave de sobrevivência do sistema produtivo, reprodutivo e político. Há uma espécie de imobilidade e crença de que a imagem nas telas e o trabalho das máquinas já realizaram o devir da história.

É neste contexto que Badiou (2012) aponta que o maior problema a ser enfrentado na atualidade é o de resgatar a ação revolucionária e o otimismo prático para o centro do debate filosófico. O autor afirma que o maior empecilho para considerarmos a possibilidade de realização da emancipação humana é a interiorização do niilismo presente na formação sociocultural contemporânea.

O niilismo se caracteriza em termos gerais pela ausência de referências absolutas e pela negação dos valores e conceitos advindos da história moderna. A queda em um abismo é uma imagem e forma bastante expressiva do que significa a sensação niilista. A reação niilista que assola o mundo que passou pela perspectiva revolucionária do século XIX, e que se desencantou com os resultados da ciência no século XX, agora sombreia a possibilidade de construção de uma perspectiva emancipatória necessária ante os limites impostos pelo próprio mundo, pela própria natureza.

A análise que seque traz as considerações de Badiou (2012), em “A hipótese comunista”, sobre a importância de resgatar as utopias revolucionárias, sobretudo, a utopia comunista como a ideia que pode superar o niilismo.

O livro de Badiou (2012) é fruto da reunião de vários textos que abordam criticamente o contexto de desilusão que marca o início do século XXI no que diz respeito a organização da sociedade. O autor parte de uma reflexão acerca do que é fracassar, ou melhor, ele discute como a partir dos anos 1970 se criou uma arrojada ideologia cujo mote principal é a afirmação de que o socialismo é uma utopia criminosa que fracassou.

Essa ideologia alcança certo sucesso à medida que impõe um certo refluxo no que diz respeito aos propósitos conquistados na primeira metade do século XX com a chamada onda vermelha dos movimentos e lutas de libertação nacional como os do Vietnã e Palestina; os movimentos mundiais da juventude estudantil na Alemanha, EUA, Japão e México; as revoltas de fábrica na França e Itália e a revolução cultural na China.

Tal refluxo está alicerçado subjetivamente nos sujeitos através da negação resignada dos valores nos quais foram edificados a organização contra o imperialismo do início do século XX e contra os espantosos avanços da ciência para servir aos interesses dominadores do ser humano e exploradores da própria ciência. O refluxo também é a marca da complacência aos costumes eleitorais do capitalismo parlamentar e da adoção do lema de que “querer mais é querer pior” (BADIOU, 2012, p. 7).

Para o autor, o comunismo se apresenta como a promessa de emancipação universal. Ao redor do comunismo, no entanto, foi criada todo um turbilhão de propaganda para ofuscar séculos de filosofia crítica, laica e que mobiliza os recursos da ciência com o propósito de ampliar a condição humana de animal que vive com e a partir dos outros. Mesmo sabendo que nesse início de século XXI nenhum Estado-nação reivindicasse para si o título de comunista, muitos artifícios foram montados no sentido de cristalizar a compreensão do comunismo como sendo algo do qual se pode ter ódio. Isso ocorreu em vários níveis, por exemplo, quando a caçada contra o terrorismo, contra o mal, se identifica como outrora havia sido a guerra contra o comunismo.

ANTICOMUNISMO NORTE-AMERICANO

O anticomunismo norte-americano é adotado como nova filosofia. Esta afirma que os regimes socialistas são despóticos, ditaduras mortais e totalitarismo absoluto. Então, o que se exige como prática política no combate ao sanguinário socialismo é a democracia representativa. A nova filosofia aponta que esta é a forma menos ruim de organização do poder porque defende um mundo livre cuja garantia se encontra no *American way of life*.

A formulação de ataque ao comunismo toma propulsão a partir da divulgação do ideário de que a hipótese comunista é uma utopia criminoso que fracassou em todo o mundo. No lugar desta utopia odiosa é completamente inegável que se deve adotar uma cultura dos “direitos humanos” baseada na liberdade, principalmente na liberdade individual de posse e

enriquecimento, mas, acima de tudo, representar maniqueístamente a luta do bem contra o império do mal.

Um artifício bastante conhecido da “nova filosofia” é associar os elementos heterogêneos presentes na política de Stalin e Hitler como se convivesse em harmonia a mesma concepção de mundo. Todos os equívocos cometidos por Stálin na tentativa de implantar um Estado popular, e toda sanha de homogeneidade e busca de uma suprema pureza branca do Nazismo podem ser aumentados ou diminuídos frente aos genocídios cometidos em nome de levar “liberdade” e “democracia” aos povos que sofreram com a colonização. As aspas contidas no conceito de liberdade e democracia não são apenas meros marcadores da língua. São ponderações que podem nos assaltar quando questionamos que tipo de liberdade ou democracia eram levantadas como a bandeira bondosa a ser enfiada de goela abaixo dos povos colonizados. E sabe-se mais do que nunca os reais interesses dessa demonstração de culto ao bem.

O que se escondia por detrás de tão belos lemas senão a liberdade de enriquecimento com as riquezas saqueadas e a democratização dos valores unilaterais vivenciados pelos colonizadores como democracia deles. Na verdade, o que se escondia por detrás do mundo livre e da festa democrática levada pelos colonos era o peso da expropriação e roubo da riqueza material e cultural dos povos colonizados. Não se sabe ou sabe-se como a nova filosofia não pondera também sobre os milhões de mortos decorrentes deste processo de mundialização do mercado livre e da democratização do poder imperialista. Badiou (2012) faz uma pergunta emblemática sobre esse tema: o que os escrevinhadores da nova filosofia podem dizer sobre a prática de totalitarismo estando acorados sobre montanhas de mortos? Ou de outra forma, como questionar uma ideia de emancipação universal dos indivíduos montado em uma democracia sustentada por muros e arames farpados antiestrangeiros, com uma mídia corrompida e subjugada ao deus do dinheiro, com prisões superlotados e leis que beiram a perversidade? A democracia de fachada é apenas um modo de vigilância contra a manada de esfarrapados e desamparados pelo mundo do capital.

De 1970 para cá, primeira metade do século XXI, o que se tem do trabalho dos “novos filósofos” afirma Badiou (2012) é apenas e somente a expressão vã de administração da miséria para que a organização capitalista da produção e do sistema parlamentar de Estado possam continuar sua jornada. O Bem absoluto para esses “novos ideólogos” é a direção do Estado e da economia por parte de uns poucos detentores da propriedade privada. E devemos cultivar essa perspectiva *volens nolens* (queira ou não queira) porque o socialismo, única forma concreta do comunismo, fracassou.

A NATUREZA DIALÉTICA DO FRACASSO

Prosseguindo no seu texto sobre a hipótese comunista Badiou convoca a refletir sobre o fracasso do socialismo concretamente experienciada na História. A questão principal na qual o autor se debruça é aquela que pode ser suscitada a partir do fracasso radical. Badiou (2012, p. 9) questiona: “este fracasso é radical, isto é, exige o abandono da própria hipótese, a renúncia de todo o problema da emancipação?”. Ao colocar a questão ele mesmo acaba se posicionando com bastante razoabilidade. Badiou (2012) se posiciona sobre a importância da hipótese para que o problema da emancipação não possa ser abandonado. Se há um problema não resolvido, no caso, o problema da emancipação, é importante a manutenção da hipótese. A hipótese permite avaliar se a questão da emancipação pode ser demonstrada ou superada, uma vez que a emancipação não se consolidou.

E, desta feita, a experiência histórica nos aponta que a emancipação não foi experimentada em sua totalidade e nem tampouco foi apresentada uma outra teoria que a superasse ou a substituísse; ao contrário, as experiências históricas do socialismo foram limitadas e a proposta de superação do socialismo advinda do velho capital sequer apresenta como advento do seu escopo o problema da emancipação humana.

Para Badiou (2012), há um grande campo fértil ao se pensar no fracasso. No campo da ação o fracasso nos impele a compreender a possibilidade de recuperação do projeto de emancipação política e humana. A decisão de se deparar com a existência e perceber os limites os quais estamos enredados, devido as determinações do devir natural, advém da experiência histórica do fracasso. Assim sendo, o próprio fracasso é a premissa fundamental da hipótese comunista. Ou melhor, as experiências de fracasso, como o Maio de 1968, a Revolução Cultural e a Comuna de Paris, apenas se constituem como ensaios da construção histórica do comunismo e não sua expressão única. Os fragmentos da construção da realidade histórica expressam uma ideia de que o trabalho de sua verdade está em curso, em devir, e não se encontra apreendida antecipadamente pelos sujeitos.

Para Badiou (2012), há uma natureza dialética do fracasso. A derrota não seria nada sem o caráter positivo que ela carrega. Se, por um lado, a carga negativa das mortes, prisões, traições por si só não oferecem grandes possibilidades para o entendimento do fenômeno; por outro lado, a derrota foi positiva à medida que possibilita a oportunidade de realizar um balanço tático

e estratégico do evento. Os sujeitos revolucionários se deparam com a oportunidade de provocar transformações significativas no modo como podem agir. O processo da ação histórica se altera de tal modo que podem surgir novas formas de organização.

Ao que parece para Badiou (2012), a “nova filosofia” já é velha de nascedouro. Ela é a expressão de um tempo em que os ideólogos insistem em conservar o princípio violento da acumulação primitiva constante que se põe entre cada interstício da crise do capital. O fracasso é ele mesmo um mestre em fazer aprender o modo pelo qual não se pode girar *ad infinitum* a roda da história ao contrário. A vivência do fracasso reúne elementos que mais adiante no devir histórico podem se consagrar como outra experiência cuja marca é a excelência combativa. Cada um que foi vencido carrega no seu âmago a recusa plena e absoluta daquilo contra o qual lutaram e tombaram.

AÇÃO REVOLUCIONÁRIA E ESTADO

No transcorrer dos anos 1980 o fracasso da hipótese comunista se desdobra em dois sentidos. O primeiro é a conversão da ação militante em ação parlamentar. Essa conversão deságua em um processo de adesão ao poder estabelecido porque o poder estabelecido é o poder organizado às voltas de um Estado burguês. As quimeras alimentadas segundo as quais é possível a conciliação entre os mestres da dominação e da exploração com aqueles que só possuem a vontade de não se deixar dominar e explorar leva a uma incongruência. O segundo sentido é o fracasso da própria extrema-esquerda. Esse fracasso é caracterizado pela ação do socialismo de Estado e das lutas armadas. O socialismo de Estado é geralmente associado a uma violência indefensável de acordo com a qual poderia ser eliminada com brutalidade toda e qualquer contradição (BADIOU, 2012, p. 15).

Diante da contradição dialética da hipótese comunista não se pode perder de vista a relação com as particularidades e a universalidade da mensagem revolucionária. Com relação a particularidade tradicional é preciso compreender que as leis da economia de mercado não são eventos puros e inexoráveis, assim como a organização política via democracia representativa não é uma lei eterna e absoluta. A ação revolucionária não pode se deixar aprisionar por esses particulares tradicionais. A mensagem revolucionária universal é o horizonte que traz em si o desafio da mensagem emancipatória. Essa mensagem emancipatória universal pressupõe ações de resistência que podem ser aprendidas e ensinadas. Nesse sentido,

as ações de resistência passam pela recusa ao deslumbramento que o poder estabelecido causa, bem como também é fruto da rejeição ao encanto estéril da destruição desses mesmos poderes.

Então, qual o *telos* da ação revolucionária? Para Badiou (2012), a ação revolucionária faz parte da memória popular quando os níveis de coesão são inquebrantáveis. A ação revolucionária nos ensina que o mundo transcorrendo em seu devir necessita de tempos em tempos ter seu fluxo constante sinalizado pelo horizonte comunal. A invenção dessa prática passa necessariamente pelo processo de desaprender alguns equívocos ocorridos na dinâmica da política revolucionária. E, desse modo, é preciso desaprender sobre o apego ao poder Estatal frente ao processo revolucionário. O Estado pode até ser a montanha que devemos conquistar, porém, após a conquista é preciso renunciar ao poder conquistado.

O fracasso do processo revolucionário é decorrente da reconstrução da estrutura Estatal, ou seja, o fracasso é caracterizado por Badiou (2012, p. 18) como “o momento em que, da revolução, retornamos ao Estado”. A ação revolucionária para alçar sentidos de novidade realiza e implementa na dinâmica da política uma práxis na qual se possa formar para o surgimento de uma prática política cujo destino é exaurir a política de dominação. A organização para a emancipação não pode se desviar da sua própria origem e incorporar-se ao Estado.

A ação revolucionária emancipatória não pode afirmar que pode melhorar o funcionamento do Estado. O Estado é um resíduo do processo de dominação e o emblema do modo de produção capital. A ideia segundo a qual se deve reconstruir o Estado leva a práxis a esgotar sua energia somente com a preocupação com a manutenção do poder. Sendo a implantação de meios brutais a única forma de administrar a dialética dos contrários. O processo revolucionário, nos ensina a história, é o primeiro ciclo da realização da justiça emancipatória. O segundo ciclo principia pelo abandono da paixão pueril de domar o Estado, é o momento no qual se abraça a multiplicidade e abandona a unicidade do devir. Durante muito tempo somos formados para entender que a única forma de realização da política se dá na unicidade e centralidade da representação da organização humana apenas via Estado.

Desaprender a unicidade e percorrer o fio da multiplicidade pode nos levar a compreensão de um modo de emancipação na qual a organização e participação se façam através de comitês de vontade popular e via organização, no campo e na cidade, de núcleos de convicção política. Esses comitês e núcleos possuem a potência para efetuar “a transformação do que é. Que eles se oponham ao Estado e aos comerciantes desonestos da propriedade” (BADIOU, 2012, p. 20).

Nesse sentido, a ação revolucionária potencializa a realização de uma política na qual se assume a direção de uma conversão para uma práxis da dissolução do poder ao invés de uma luta milenar pelo poder. A afirmação da potência dessa práxis só pode ser inteligível devido aos ensinamentos da história dos fracassos. O ensinamento do fracasso se desdobra no entendimento de que há uma relação direta entre lutar e vencer. Em todo caso, a vitória pode desembocar em uma repetição ou restauração do Estado, e isso pode levar a luta em direção a um novo fracasso.

O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO E A IDEIA DO COMUNISMO

No transcorrer da obra, a hipótese comunista, Badiou (2012) analisa o que ele denomina de três tipos distintos de fracassos os quais ele identifica ao longo do devir das políticas de emancipação. O primeiro tipo é o fracasso cuja marca é o processo de contrarrevolução armada ocorrida nos lugares onde se conseguiu deter o poder mesmo que temporariamente. É o fracasso das insurreições. O exemplo paradigmático desse tipo de fracasso é a Comuna de Paris. Mais do que o fato histórico o fracasso das insurreições deve ser considerado o ponto sob o qual se faz o balanço teórico e prático da ação revolucionária.

O segundo tipo de fracasso analisado pelo o autor é fracasso das numerosas forças que se engajam contra o poder estabelecido, porém, não traçam um objetivo comum de poder. Este fracasso se deu devido a ausência de uma reflexão profunda sobre a natureza da ação e suas consequências, bem como por não ter a compreensão de uma política libertadora. O típico exemplar desse fracasso é o Maio de 1968.

O terceiro tipo de fracasso analisado por Badiou (2012), é o fracasso da tentativa de assumir os desígnios e rédeas do formato de Estado nacional com o objetivo de construir a sociedade de homens associados e livres preconizada por Marx e Engels. Este tipo de fracasso é o que possui um rastro histórico mais consolidado, porém, seu fracasso é decorrência seja da ausência das referências concretas ao socialismo, seja do estabelecimento pura e simplesmente do terror devido a preocupação estrita com a manutenção do poder. A experiência analisada pelo autor é a revolução cultural proletária na China.

O que interessa a Badiou (2012) diante do debate acerca da hipótese comunista é a perspectiva da possibilidade de se recuperar a essência da hipótese, avaliar as dificuldades enfrentadas no processo de luta contra a dominação e, sobretudo, manter a universalidade da organização política voltada para a emancipação.

Nesse sentido, o início do século XXI marca o campo do possível à medida que se configura como o ponto segundo o qual se deve recuperar o valor positivo do comunismo. As lições provenientes dos fracassos são os pontos de partida para a construção da busca da verdade histórica, ou melhor, da busca da emancipação humana. Para tanto, não se pode prescindir da realização de um balanço das decisões táticas e da definição das estratégias.

De acordo com Badiou (2012), os componentes da ideia de comunismo são três: o componente político, o componente histórico e o componente subjetivo. O componente político afirma a verdade política do evento do comunismo. Afirma que é possível descrever a verdade política de modo empírico a partir das experiências históricas, por exemplo, da revolução francesa, guerra popular na China e da revolução bolchevique na Rússia.

A ideia de comunismo possui uma verdade histórica. O componente histórico da ideia de comunismo é manifestado na sua realização no devir geral da humanidade. Além disso, possui seus indícios históricos locais com suas marcas espaciais, temporais e antropológicas. O componente subjetivo da ideia de comunismo concerne ao aspecto da decisão de um indivíduo de participar de uma verdade política e, desse modo, se tornar um militante da verdade com o objetivo de fundar uma verdade histórica. A ideia de comunismo é composta, dessa forma, por um processo de verdade, um pertencimento histórico e uma subjetivação que é uma decisão e incorporação individual do modo como a existência se manifesta no mundo (BADIOU, 2012, p. 134-135).

Nesse sentido, o termo comunismo assume o status de uma ideia, uma ideia particular que participa da ideia em geral. O comunismo é uma ideia particular porque sua essência é a organização, a decisão e a incorporação de um modo de vida cuja centralidade é a recusa da dominação e da exploração. Desse modo, o comunismo como ideia particular participa da ideia universal de emancipação humana. A emancipação humana é a ideia universal pelo qual a ação revolucionária pode se realizar particularmente no comunismo. Assim, o comunismo toma corpo como ideia a partir do momento que incorpora o interior de uma subjetivação política, ou seja, o interior de um movimento pelo qual fixamos o lugar de uma verdade em relação a nossa própria existência vital.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi apresentada em linhas gerais as preocupações de Alain Badiou no seu texto “A hipótese comunista”. A proposta do autor é recuperar o valor positivo do comunismo. A perspectiva adotada pelo autor também busca resgatar à filosofia política um lugar de reflexão profunda sobre os meandros do capital-parlamentarismo. Compreender que o capitalismo enquanto modo de produção é histórico e mutável, bem como mostrar que o modelo de Estado atrelado a esse modo de produção também não é eterno é o passo inicial para se apresentar o comunismo como ideia plausível nos dias atuais.

Nesse sentido, a análise das experiências socialistas historicamente situadas pode contribuir para que possamos compreender o que se chama de fracasso como uma possibilidade de superação de toda a resignação e niilismo que deslancham como apanágio da ação dos sujeitos neste limiar de século XXI.

A apreensão do fracasso como experimento concreto da ousadia de lutar e vencer dos sujeitos revolucionários refaz o percurso pelo qual foi traçada a construção efetiva de um processo emancipatório que suplantasse o modo injusto e irracional de organização cuja marca é o indivíduo desprovido de um *ethos* coletivo. A tentativa de caracterizar o fracasso como algo definidor do fim do devir é realmente marca de uma política de dominação presente no atual estágio de mundialização do capital. O que fica da desenvoltura do fracasso experimentado na luta pela humanidade é a possibilidade que os sujeitos possuem para refazer a tática e as estratégias acumuladas ao longo da história do movimento pela emancipação.

Dessa forma, a proposta do livro é apresentar a trajetória de uma política libertadora cuja organização se dá através de um movimento de substituição da política de dominação apontando assim o momento para dá um último empurrão para que o Estado nacional em decadência seja rigorosamente derrubado. O ciclo revolucionário não se esgota em si e nem tampouco na reconstrução daquilo que já se encontrava em decadência. O passo a seguir é dado na direção de eliminação da estrutura estatal para que assim seja fortalecido os poderes populares.

A recuperação da ideia de comunismo, desta feita, passa a representar uma ação política organizada capaz de produzir outros eventos históricos similares e superiores aqueles experimentados no transcurso da história. Em todo caso, a efetivação da proposta é um caminho, um método, uma aprendizagem de outro tipo de formação humana. O sujeito individual parido no seio do capitalismo precisa aprender a viver e existir como sujeito coletivo. Assim, a política da emancipação se configura como uma pedagogia. A pedagogia da emancipação é sustentada, em primeiro lugar, pela experiência histórica tanto dos eventos

revolucionários como pelos nomes próprios daqueles sujeitos que carregam no seu corpo e na sua história a marca indelével de sua disposição pela emancipação da humanidade.

Por fim, “A hipótese comunista” apresenta, além de uma pedagogia da emancipação, o resgate das utopias revolucionárias. A utopia entendida como o não-lugar, o lugar ainda não experimentado. A utopia é algo sempre concreto quando o objetivo é a superação da miséria humana. A utopia é antídoto contra a resignação, a indiferença e niilismo que atravessam os corpos na atualidade. A utopia une os sujeitos revolucionários e rompe com a docilidade e servilidade dos mais variados setores que conseguem ir além da imediaticidade do real. Portanto, a lição que perpassa essa pequena obra diz respeito a possibilidade de inauguração de uma nova hipótese comunista como acontecimento de uma verdade da coletividade. Para tanto, é preciso aprofundar o fenômeno do niilismo que assola a ação, a ciência, a arte e a filosofia.

REFERÊNCIA

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.